



A IMPORTANCIA DO CORRETOR DE SEGUROS COMO AGENTE ESTRATÉGICO NA MITIGAÇÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS E NA PROTEÇÃO DE RENDA

THE IMPORTANCE OF THE INSURANCE BROKER AS A STRATEGIC AGENT IN THE MITIGATION OF BUSINESS RISKS AND INCOME PROTECTION

LA IMPORTANCIA DEL CORREDOR DE SEGUROS COMO AGENTE ESTRATÉGICO EN LA MITIGACIÓN DE RIESGOS EMPRESARIALES Y LA PROTECCIÓN DE INGRESOS

Marcelo Roberto de Souza Sales¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i80.3045

Recibido: 23/5/2025 | Aceptado: 13/6/2025 | Publicación en línea: 24/6/2025.

RESUMO

A crescente complexidade e volatilidade do ambiente empresarial atual ressaltam a importância da gestão integrada de riscos como fator crucial para a sustentabilidade e continuidade dos negócios. Este estudo analisa a gestão do risco empresarial com foco na proteção por meio de seguros, destacando o papel estratégico desse instrumento na mitigação de incertezas financeiras e operacionais. O objetivo é compreender como a contratação de seguros, aliada a práticas de governança e planejamento, contribui para a resiliência organizacional e a tomada de decisão eficaz. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão crítica da literatura especializada, contemplando aspectos jurídicos, estratégicos, tecnológicos e operacionais do setor segurador no Brasil. Os resultados evidenciam que a eficácia da proteção empresarial depende da integração entre seguros, análise técnica de riscos e a atuação qualificada do corretor, bem como da adaptação a avanços tecnológicos e mudanças regulatórias. Além disso, a tomada de decisão estratégica, influenciada por fatores humanos e culturais, é determinante para o sucesso da gestão de riscos. Conclui-se que a gestão do risco empresarial deve ser entendida como um processo holístico, que vai além da simples aquisição de seguros, envolvendo planejamento, governança e cultura organizacional para garantir a continuidade e o crescimento sustentável das empresas.

Palavras-chave: Gestão de Riscos. Proteção Empresarial. Seguro. Tomada de Decisão. Continuidade dos Negócios.

ABSTRACT

The increasing complexity and volatility of today's business environment underscore the importance of integrated risk management as a crucial factor for sustainability and business continuity. This study analyzes business risk management with a focus on protection through insurance, highlighting the strategic role of this instrument in mitigating financial and operational

¹ Graduado em Engenharia de Controle e Automação Especialista, Faculdade Presidente Antônio Carlos de Conselheiro Lafaiete, Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcelo@aseguros.com.br

uncertainties. The objective is to understand how contracting insurance, combined with governance and planning practices, contributes to organizational resilience and effective decision-making. The research is based on a critical review of the specialized literature, contemplating legal, strategic, technological and operational aspects of the insurance sector in Brazil. The results show that the effectiveness of business protection depends on the integration between insurance, technical risk analysis and the qualified performance of the broker, as well as on the adaptation to technological advances and regulatory changes. In addition, strategic decision-making, influenced by human and cultural factors, is decisive for the success of risk management. It is concluded that enterprise risk management should be understood as a holistic process, which goes beyond the simple acquisition of insurance, involving planning, governance and organizational culture to ensure the continuity and sustainable growth of companies.

Keywords: Risk Management. Business Protection. Insurance. Decision Making. Business Continuity.

RESUMEN

La creciente complejidad y volatilidad del entorno empresarial actual subraya la importancia de la gestión integrada de riesgos como factor crucial para la sostenibilidad y la continuidad del negocio. Este estudio analiza la gestión del riesgo empresarial con un enfoque en la protección a través del seguro, destacando el papel estratégico de este instrumento en la mitigación de las incertidumbres financieras y operativas. El objetivo es comprender cómo la contratación de seguros, combinada con las prácticas de gobernanza y planificación, contribuye a la resiliencia organizacional y a la toma de decisiones efectivas. La investigación se basa en una revisión crítica de la literatura especializada, contemplando aspectos legales, estratégicos, tecnológicos y operativos del sector asegurador en Brasil. Los resultados muestran que la efectividad de la protección del negocio depende de la integración entre el seguro, el análisis técnico de riesgos y el desempeño calificado del corredor, así como de la adaptación a los avances tecnológicos y a los cambios regulatorios. Además, la toma de decisiones estratégicas, influenciadas por factores humanos y culturales, es decisiva para el éxito de la gestión de riesgos. Se concluye que la gestión del riesgo empresarial debe entenderse como un proceso holístico, que va más allá de la simple adquisición de un seguro, involucrando la planificación, la gobernanza y la cultura organizacional para asegurar la continuidad y el crecimiento sostenible de las empresas.

Palabras clave: Gestión de Riesgos. Protección de Empresas. Seguro. Toma de Decisiones. Continuidad del Negocio.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O ambiente de negócios contemporâneo está se tornando progressivamente exposto a uma variedade de riscos econômicos, operacionais, regulatórios e sociais. Nesse sentido, o seguro não

é um instrumento de proteção financeira, mas é crítico para a maneira como as pessoas e organizações enfrentam a incerteza. Desse modo, o corretor de seguros desempenha um papel fundamental na efetivação dos mecanismos de seguridade. O corretor de seguros é um intermediário que determina, adapta e desempenha um papel crucial na transação geral. Ele atua como um intermediário no mercado de seguro e auxilia as organizações a reduzirem a exposição ou a pagar o preço através da redistribuição dos custos. Ele tem conhecimento das peculiaridades do mercado de seguro e pode acessar vários seguradores.

Esse cenário ganha relevância adicional no Brasil, onde a comparativamente baixa penetração do seguro, a heterogeneidade de produtos e a complexidade regulatória do setor tornam especialmente importante a presença de profissionais capacitados para auxiliar os tomadores de seguro em suas escolhas. Além de intermediar a compra de seguros, a atividade do corretor, cujo exercício é regulado pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP envolve ações que vão da análise de riscos à manutenção de uma cultura de seguro. Nesse contexto, a atuação consultiva e personalizada do corretor se apresenta como um diferencial competitivo e um instrumento de inclusão financeira (Carvalho *et al.*, 2022).

Além disso, o avanço da transformação digital vem exigindo adaptações importantes por parte dos corretores. O uso de plataformas digitais, a automação de processos e o acesso facilitado a dados em tempo real têm contribuído para tornar os serviços mais ágeis e personalizados (Almeida; Santos, 2020). No entanto, esses avanços tecnológicos também geram desafios estruturais, como a necessidade de requalificação profissional e de reconfiguração das estratégias de relacionamento com o cliente.

Diante dessa realidade, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a atuação estratégica do corretor de seguros no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à mitigação de riscos empresariais e à proteção de renda de famílias e empreendedores. A análise também se mostra relevante por considerar o empreendedorismo e a consultoria personalizada como elementos diferenciadores no desempenho desse profissional.

Este estudo tem como objetivo geral analisar o papel estratégico do corretor de seguros na mitigação de riscos empresariais e na proteção de renda no mercado segurador brasileiro. Especificamente, busca-se: a) identificar as principais funções consultivas desempenhadas por esse profissional na gestão de riscos; b) examinar sua contribuição para a proteção financeira de indivíduos e empresas; c) avaliar o impacto do empreendedorismo e da personalização como diferenciais competitivos em sua atuação; e d) investigar os desafios e oportunidades impostos

pela transformação digital e pela baixa cultura securitária no Brasil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gestão do Risco Empresarial

A gestão do risco empresarial representa uma abordagem estratégica que visa proteger os ativos e a continuidade das operações diante de incertezas e eventos imprevistos. O termo seguro, do latim *securu*, é um dos métodos de mitigação de riscos. Este envolve o seguro. Este é um risco contratual de transferência para o empregador, o terceiro a quem foi nomeado o destinatário, o empregador, o segurador, que se compromete a pagar ao empregado uma compensação de sinistro (Alves, 2022). Trata-se de uma forma consolidada e legalmente reconhecida de garantir estabilidade patrimonial diante de perdas inesperadas.

O risco é inerente à existência humana e, por consequência, à atividade econômica. Embora a ocorrência de perdas possa parecer incerta no plano individual, ela se torna previsível quando observada sob a ótica coletiva. Conforme Martins-Costa (2000), numa coletividade, a perda é uma certeza. Essa premissa fundamenta a lógica atuarial dos seguros, pois a mutualização das perdas possibilita que o impacto de um evento negativo seja absorvido por um conjunto mais amplo de segurados, diluindo o prejuízo e viabilizando a indenização.

O seguro, embora essencial, possui características intangíveis. Ao contratá-lo, o indivíduo ou empresa adquire um serviço que pode não ser utilizado, e cuja utilidade está condicionada à ocorrência de um evento futuro e incerto. Rocha (2008, p. 94) destaca que “o seguro é um produto que o consumidor espera nunca precisar utilizar”. Esse aspecto reforça a importância da consciência gerencial e do planejamento proativo no processo decisório que envolve a gestão de riscos.

Os seguros são classificados em dois grandes ramos: Vida e Não-Vida. O ramo de Vida contempla seguros pessoais e financeiros, como os seguros de vida-risco e os vinculados a aplicações financeiras; enquanto o ramo de Não-Vida engloba seguros patrimoniais, de responsabilidade civil e de pessoas, excluindo os seguros de vida propriamente ditos (Alves, 2022). Essa distinção é fundamental na gestão de riscos empresariais, pois permite estruturar estratégias específicas de proteção para diferentes tipos de ativos e responsabilidades.

No Brasil, o desenvolvimento do setor de seguros foi impulsionado inicialmente pelo

Código Comercial e pela posterior autorização do seguro de vida em 1855, até então proibido quando vinculado ao seguro marítimo (Bairros, 2018). O marco regulatório permitiu a entrada de seguradoras estrangeiras e a diversificação do mercado, consolidando o setor como componente relevante da economia nacional. Atualmente, os contratos de seguro são regidos pelo Código Civil de 2002, que estabelece os fundamentos jurídicos da relação contratual entre segurado e segurador (Hoffmann; Pérez, 2015).

A constituição de uma empresa envolve, desde sua origem, exposição a riscos financeiros, operacionais e de mercado. Segundo Teixeira Leite (2016), o capital social representa os investimentos iniciais feitos pelos sócios e é o primeiro recurso exposto a riscos. A escolha do setor econômico e a definição dos recursos aplicados exigem análise criteriosa de viabilidade e de exposição a riscos, de modo que a contratação de seguros pode atuar como ferramenta de salvaguarda do investimento inicial e dos ativos estruturantes da empresa.

Para Maximiano (2011), a estratégia empresarial está relacionada à definição de objetivos e aos meios para alcançá-los, envolvendo a identificação de riscos, oportunidades e ações preventivas. A gestão de riscos, nesse contexto, é indissociável do planejamento estratégico, pois influencia diretamente as decisões que garantem a sobrevivência e o crescimento da organização. O autor também destaca que o planejamento estratégico aplica-se tanto à organização como um todo quanto a suas unidades específicas. Essa aplicação descentralizada permite identificar riscos em diferentes áreas da empresa, como produção, finanças, recursos humanos e tecnologia, proporcionando uma gestão integrada.

A cultura organizacional voltada à prevenção é favorecida quando os riscos são avaliados de forma contínua e sistemática, alinhando as práticas de seguros à estrutura corporativa. Com os avanços tecnológicos, a gestão de riscos empresariais também se beneficia da modernização dos serviços securitários. Segundo a *Revista Apólice* (2023), o setor de seguros tem evoluído com o uso de tecnologias como inteligência artificial, análise de dados e plataformas digitais, possibilitando uma avaliação mais precisa dos riscos e uma personalização das apólices. Isso amplia a eficiência da proteção empresarial, reduzindo custos e melhorando o tempo de resposta a eventos críticos.

A gestão do risco empresarial, portanto, não se restringe à aquisição de seguros, mas compreende um conjunto de práticas estratégicas e operacionais voltadas à antecipação e controle de eventos adversos. O seguro é uma das ferramentas que compõem esse sistema de proteção, mas sua eficácia depende da integração com políticas de governança, planejamento e

monitoramento constante. Assim, a resiliência da empresa frente aos riscos depende da capacidade do gestor em estruturar uma abordagem holística e preventiva (Maximiano, 2011).

A Proteção Empresarial

A proteção empresarial por meio de seguros representa um dos pilares fundamentais para a sustentabilidade e continuidade dos negócios, principalmente em cenários de incertezas econômicas e riscos operacionais. O mercado segurador brasileiro tem se mostrado resiliente e com capacidade de expansão, conforme evidenciado pelo crescimento de 13,3% no setor em 2021, mesmo diante dos efeitos adversos da pandemia (CNseg, 2022). Tal resiliência indica a crescente percepção das empresas quanto à necessidade de mitigar riscos através de instrumentos formais como os seguros.

O Índice Global de Potencial Segurador (*Global Insurance Potential Index – GIP*), desenvolvido pela Mapfre Economics (2021), posiciona o Brasil entre os países com alto potencial de crescimento no setor segurador, em função de sua estabilidade macroeconômica e avanços regulatórios. A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) tem desempenhado papel central nesse avanço, modernizando normas e incentivando a inovação no setor, o que reforça o ambiente institucional favorável para o desenvolvimento da proteção empresarial.

O seguro empresarial se configura como um contrato formal, nos termos do Código Civil: “o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados” (Brasil, 2002, art. 757). Essa proteção não apenas preserva o capital da empresa, mas também assegura a continuidade das operações, contribuindo para a estabilidade econômica regional e nacional (Silva, 2012).

Com o aumento dos ataques cibernéticos, as empresas passaram a demandar soluções específicas para esse tipo de risco. Estudos mostram que o seguro cibernético enfrenta obstáculos como assimetrias de informação e interdependência entre perdas, mas sua adoção é crucial para a resiliência empresarial no mundo digital (Biener; Eling; Wirfs, 2015).

A literatura demonstra que a inovação em contratos, como os seguros indexados, também pode ser aplicada ao ambiente empresarial. Elabed et al. (2013) exploram a eficácia dos contratos de seguro multiescala no contexto agrícola, mas os princípios aplicam-se igualmente a outras atividades econômicas onde riscos sistêmicos e residuais devem ser controlados de forma eficiente.

A proteção empresarial vai além da simples contratação de seguros. Envolve também uma análise técnica dos riscos, planejamento financeiro e gestão de continuidade de negócios. A atuação do gestor de risco dentro das empresas é essencial para mapear vulnerabilidades e selecionar os instrumentos mais adequados, o que pode incluir seguros, fundos de reserva e estratégias de mitigação (Carvalho *et al.*, 2022). Dessa forma, o seguro se integra a uma abordagem ampla de gestão de riscos.

As empresas de menor porte também começam a perceber o valor da proteção securitária, ainda que, muitas vezes, com limitações de acesso ou recursos. A proposta de microsseguros empresariais surge como solução para ampliar a cobertura a esse segmento, seguindo os princípios de inclusão financeira e sustentabilidade. Experiências internacionais apontam que o acesso a seguros pode fortalecer pequenos negócios e reduzir sua vulnerabilidade a choques externos (Churchill, 2014).

O Corretor de Seguros

O corretor de seguros exerce papel central na intermediação entre o mercado segurador e os consumidores, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas. Trata-se de um profissional técnico, legalmente habilitado, cuja função é assessorar o segurado na identificação de riscos, seleção de produtos e acompanhamento contratual. A importância desse profissional no contexto brasileiro é acentuada pela grande diversidade de ramos e grupos de seguros regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP, 2016), o que exige conhecimento técnico e constante atualização.

De acordo com Vieira (2012), a atuação do corretor de seguros está intimamente vinculada à promoção do bem-estar social, uma vez que sua atividade visa garantir proteção econômica diante de eventos incertos e adversos. A correta orientação do segurado durante a contratação de apólices é essencial para evitar lacunas de cobertura e assegurar que os produtos adquiridos atendam às reais necessidades de proteção. Assim, o corretor ultrapassa o papel de mero intermediador, posicionando-se como um consultor especializado.

O corretor também desempenha papel educativo, especialmente em um país como o Brasil, onde a penetração dos seguros ainda é considerada baixa entre a população (SUSEP, 2021b). Enquanto, em países desenvolvidos, a maioria da população possui algum tipo de seguro, nos países emergentes esse percentual é significativamente menor. Nesse sentido, o corretor

contribui para ampliar o conhecimento da população sobre a importância da proteção securitária, incentivando a formação de uma cultura voltada à gestão de riscos.

A confiança constitui um elemento fundamental na relação entre corretor e segurado. Segundo Cole et al. (2013), nos países em desenvolvimento, a baixa confiança no sistema de seguros representa uma das principais barreiras à sua adoção. “A ausência de confiança na seguradora, aliada à complexidade dos produtos, impede a tomada de decisão informada por parte do consumidor” (Cole *et al.*, 2013, p. 48). O corretor, ao estabelecer uma relação de transparência e credibilidade com seus clientes, pode superar essas barreiras e estimular o aumento da demanda por seguros, especialmente entre as populações mais vulneráveis.

Além de atuar no segmento tradicional, o corretor tem sido peça-chave na expansão dos microsseguros, voltados às populações de baixa renda. Churchill (2014) e Araújo (2010) destacam que a intermediação personalizada é um fator crítico para a aceitação e a manutenção da cobertura de microsseguro. A presença local do corretor permite compreender as necessidades específicas de cada comunidade e adaptar os produtos de forma adequada, aumentando a capilaridade do sistema.

A transformação digital também impacta diretamente a atuação dos corretores. De acordo com Almeida e Santos (2020), a digitalização dos processos, o uso de plataformas online e o acesso a dados em tempo real têm permitido aos corretores oferecer serviços mais ágeis, personalizados e com maior valor agregado. Entretanto, essa adaptação tecnológica demanda investimentos em capacitação e infraestrutura, além de suporte das seguradoras para possibilitar a integração sistêmica.

O papel do corretor é regulamentado e supervisionado por órgãos como a SUSEP e está sujeito ao cumprimento de normas específicas quanto à conduta, qualificação e transparência nas operações. Conforme Belli (2018), novas formas de comercialização, como o bancassurance, os canais digitais e as vendas diretas, têm exigido redefinições no modelo de atuação dos corretores, que precisam se reposicionar estrategicamente para manter sua relevância diante da concorrência tecnológica.

Valor Estratégico da Tomada de Decisão

A tomada de decisão representa uma atividade essencial nas organizações, sendo responsável pela definição de rumos e ações diante de diferentes alternativas disponíveis.

Conforme Drucker (1975), as decisões variam em natureza e impacto, de acordo com os objetivos, os resultados esperados e os agentes envolvidos no processo. A diversidade e a complexidade das decisões exigem o uso de teorias e técnicas que auxiliem os gestores no enfrentamento de situações rotineiras e estratégicas.

Devido à centralidade do fator humano no processo decisório, diferentes influências subjetivas e políticas podem interferir na racionalidade das escolhas. Simon (2013) introduziu o conceito de racionalidade limitada, segundo o qual os indivíduos possuem capacidade cognitiva restrita para analisar todas as variáveis disponíveis, o que os leva a decisões satisfatórias, embora não necessariamente ótimas.

A estrutura organizacional também exerce influência direta sobre a eficácia da tomada de decisão. Weber (2004) descreve essa estrutura como um sistema baseado na divisão de responsabilidades e autoridade, com o objetivo de garantir eficiência operacional e clareza na delegação de tarefas. No entanto, o autor alerta que a burocratização excessiva pode comprometer a flexibilidade e a capacidade de resposta da organização frente a mudanças externas.

A divisão hierárquica das organizações, composta pelos níveis estratégico, tático e operacional, contribui para sistematizar os processos decisórios. Drucker (1975) observa que o nível estratégico concentra as decisões de maior impacto, ligadas ao planejamento de longo prazo, definição de políticas internas e estabelecimento de metas organizacionais.

Nesse contexto, Mintzberg (2004) destaca que a formulação de estratégias não ocorre de forma linear ou estritamente formal. O processo decisório em nível estratégico exige uma combinação entre análise técnica, percepção intuitiva e capacidade de adaptação às mudanças do ambiente de negócios.

Shimizu (2006) propõe o uso do planejamento de cenários como uma ferramenta para antecipar diferentes possibilidades futuras, ampliando o espectro de opções e fortalecendo a gestão de riscos organizacionais. Essa abordagem permite que os tomadores de decisão lidem com a incerteza de forma sistemática e estruturada.

Ainda no campo da racionalidade limitada, Simon (2013) afirma que, diante de restrições de tempo, recursos e informações, os indivíduos costumam utilizar heurísticas para orientar suas escolhas. Segundo Collins et al. (2009), decisões anteriormente bem-sucedidas tendem a ser repetidas, desde que a análise revele compatibilidade entre os contextos antigo e novo.

No nível operacional, Taylor (1911) aborda a tomada de decisão sob a ótica da Administração Científica, voltada à eficiência, produtividade e padronização dos processos.

Nessa perspectiva, a seleção de métodos e práticas deve sempre considerar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Ansoff (1988) define a estratégia como um processo que conecta a organização ao seu ambiente, identificando oportunidades e ameaças externas e alinhando os recursos internos a essas condições. Complementando essa visão, Andrews (1987) sustenta que a estratégia corporativa deve expressar decisões deliberadas da direção organizacional, promovendo o alinhamento entre as capacidades internas e as exigências do ambiente externo.

Bazerman e Moore (2012) discutem a influência de vieses cognitivos no processo de decisão, como o excesso de confiança, a ancoragem e a aversão ao risco. Kahneman e Tversky (2013) também identificam padrões de julgamento que afetam a avaliação de alternativas sob condições de risco, ressaltando a necessidade de conscientização sobre esses fatores nos processos gerenciais.

A comunicação interna clara é fundamental para a implementação efetiva das decisões estratégicas. Drucker (2016) enfatiza que a eficiência das decisões depende não apenas de sua formulação, mas também da forma como são comunicadas e compreendidas por toda a organização.

A cultura organizacional exerce impacto sobre o processo decisório ao estabelecer padrões, valores e expectativas compartilhadas. Conforme Kanter (2008), ambientes organizacionais colaborativos e inclusivos favorecem decisões mais participativas e incentivam a inovação e o alinhamento coletivo.

A política organizacional também influencia significativamente a tomada de decisão. Pettigrew (2014) e Pfeffer (1993) argumentam que esse processo envolve disputas por poder e influência entre indivíduos e grupos com interesses distintos, o que pode afetar a escolha final entre alternativas disponíveis.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo delimita os procedimentos adotados para a investigação da atuação do corretor de seguros como agente estratégico na mitigação de riscos empresariais e na proteção de renda, considerando também o empreendedorismo e a consultoria personalizada como diferenciais competitivos no mercado segurador brasileiro. A descrição precisa dos métodos utilizados assegura a confiabilidade e a transparência da pesquisa, além de permitir sua

replicabilidade em estudos futuros.

A pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa, com enfoque bibliográfico, conforme proposto por Vergara (1990), pois foi fundamentada na análise de obras publicadas livros, artigos científicos, teses, relatórios técnicos, periódicos especializados e documentos institucionais com o objetivo de reunir, analisar e sistematizar o conhecimento existente sobre os temas centrais.

Metodos e Meios

Para a condução da análise, foram utilizados os seguintes métodos e meios: revisão bibliográfica, envolvendo a consulta de publicações nacionais e internacionais relevantes ao tema, com ênfase em conteúdos que abordam corretagem de seguros, gestão de riscos, empreendedorismo e inovação no setor securitário; análise conceitual, por meio da identificação, delimitação e explicação de conceitos-chave, como mitigação de riscos, proteção de renda, intermediação consultiva, diferencial competitivo e empreendedorismo estratégico; integração teórica, com o objetivo de cruzar diferentes correntes de pensamento e modelos explicativos sobre o papel estratégico do corretor de seguros, as práticas consultivas personalizadas e os impactos da transformação digital no setor; e discussão crítica, pautada na reflexão sobre os desafios enfrentados por corretores e seguradoras no atual cenário de baixa penetração do seguro no Brasil, com foco na relevância da educação securitária e na construção de relações de confiança com os clientes. Este conjunto metodológico possibilitou o aprofundamento na compreensão do corretor de seguros como peça-chave no processo de gestão de riscos, não apenas como intermediador de contratos, mas como consultor estratégico, alinhado às necessidades específicas de indivíduos e empresas no contexto brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Gestão Como Pilar Estratégico

A gestão do risco empresarial deve ser compreendida como componente estratégico essencial para a sustentabilidade organizacional. Não se trata apenas de uma medida corretiva, mas de uma abordagem preventiva que permite à empresa antecipar vulnerabilidades e alinhar

sua estrutura de proteção à realidade operacional. Nesse sentido, o seguro se destaca como ferramenta de apoio, ao transferir riscos que poderiam comprometer a continuidade dos negócios.

A base conceitual desse modelo está no princípio da mutualização do risco, que permite a previsibilidade de perdas em grandes grupos (Martins-Costa, 2000). O seguro, embora seja um serviço intangível e de uso incerto, proporciona estabilidade patrimonial ao atuar como amortecedor financeiro (Rocha, 2008). Essa lógica exige dos gestores uma consciência técnica sobre a relação custo-benefício dos contratos e sua integração com o planejamento estratégico (Maximiano, 2011).

A Proteção

A proteção empresarial por meio de seguros não deve ser encarada como custo, mas como investimento estratégico diante das incertezas do ambiente de negócios. Empresas que compreendem esse papel tendem a reagir com maior resiliência a eventos críticos, especialmente em setores de maior exposição a riscos operacionais, cibernéticos ou sistêmicos. Essa percepção tem crescido no Brasil, como demonstra a expansão do setor segurador nos últimos anos.

O ambiente regulatório e tecnológico tem favorecido a inovação nos produtos de seguro, inclusive para segmentos antes excluídos, como as pequenas empresas e os empreendedores informais. A atuação da SUSEP e os avanços nos microsseguros, por exemplo, ampliam o acesso à proteção e fortalecem a cultura de gestão de risco (Churchill, 2014; Carvalho *et al.*, 2022). Além disso, soluções como seguros cibernéticos e indexados demonstram a versatilidade do setor frente aos novos desafios (Biener *et al.*, 2015; Elabed *et al.*, 2013).

O Papel do Corretor

O corretor de seguros exerce papel consultivo e técnico na intermediação entre segurados e seguradoras, sendo responsável por orientar as decisões de contratação e evitar falhas de cobertura. Seu trabalho é fundamental para tornar o seguro compreensível e funcional, especialmente em um país onde a cultura de seguros ainda é limitada e os produtos são vistos como complexos e inacessíveis.

Além disso, o corretor atua como agente de confiança em um mercado marcado por desinformação e baixa adesão. Ao estabelecer uma relação transparente com o cliente, ele

contribui para a construção de credibilidade, inclusão financeira e personalização de soluções, inclusive em segmentos como os microsseguros (Cole *et al.*, 2013; Churchill, 2014). A transformação digital impõe novos desafios à profissão, exigindo atualização constante e reposicionamento estratégico (Almeida & Santos, 2020; Belli, 2018).

A Decisão Estratégica

A tomada de decisão, especialmente em nível estratégico, é influenciada por fatores como estrutura organizacional, racionalidade limitada e contexto ambiental. Gestores precisam lidar com incertezas, restrições de tempo e informações incompletas, o que exige o uso de métodos como o planejamento de cenários para minimizar vieses e ampliar a qualidade das escolhas.

Autores como Simon (2013) e Shimizu (2006) destacam que decisões eficazes exigem tanto análise técnica quanto sensibilidade contextual. Além disso, elementos como cultura organizacional, comunicação interna e disputas de poder podem impactar diretamente o processo decisório (Kanter, 2008; Pettigrew, 2014). Por isso, o alinhamento entre estratégia, informação e valores compartilhados é indispensável para a implementação bem-sucedida das decisões.

CONCLUSÃO

A gestão do risco empresarial revela-se fundamental para a sustentabilidade e a resiliência das organizações diante de um ambiente cada vez mais complexo e volátil. A análise realizada destaca que a simples contratação de seguros não é suficiente; é necessário integrar esse instrumento a uma abordagem estratégica ampla, que envolva planejamento, governança e cultura organizacional voltada à prevenção. Esse entendimento reforça o papel do gestor como articulador de práticas que antecipem e minimizem os impactos negativos, promovendo estabilidade e continuidade operacional.

Ademais, a proteção empresarial deve ser vista como um benefício estratégico de atenuação de riscos financeiros e operacionais inibidores da destruição do capital e reputação empresarial. Dessa forma, a diversificação e inovação do setor segurador, em conjunto com o desenvolvimento de corretores altamente qualificados, aumenta a acessibilidade e efetividade dos mecanismos de segurança, em destaque para setores sociais tradicionalmente mais frágeis. Trata-se de uma capacidade essencial para fortalecer a resiliência econômica em todas as escalas e criar

um ambiente de negócios internacional mais seguro e sustentável.

Portanto, conclui-se que a tomada de decisão estratégica das organizações deve ser abordada com uma visão holística. Ou seja, ela não deve olhar apenas os dados e análises técnicas para determinar a melhor decisão, mas também todos os fatores humanos, culturais, políticos e demais relevantes. A capacidade de adaptação ao dinamismo e à incerteza, somada à clareza na comunicação e à democratização, aumenta a qualidade e a assertividade das decisões e na aplicação das estratégias. Nesse sentido, a gestão de risco integrada e o processo decisório consciente formam-se como elementos centrais para o sucesso sustentado da organização.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, V. R.; SANTOS, P. S. Transformação digital no setor de seguros: desafios e oportunidades para corretores. *Revista de Administração e Inovação*, v. 17, n. 3, p. 55–68, 2020.
- ALVES, João Motta. **A importância da inovação de processos nas corretoras de seguros**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/27729>. Acesso em: 06 mar. 2025
- ANDREWS, K. R. *The concept of corporate strategy*. Homewood, IL: Irwin, 1987.
- ANSOFF, H. Igor. *Administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 1988.
- ARAÚJO, A. R. de. Microseguro no Brasil: desafios para sua implementação. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 19, n. 74, p. 117–135, 2010.
- BAIROS, Juliano Jaques. **Recursos de tecnologia da informação para a corretagem de seguros: um estudo de caso**. 2018. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/307/TCC%20Juliano%20Jaques%20Bairros.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025
- BAZERMAN, Max H.; MOORE, Don A. *Judgment in managerial decision making*. John Wiley & Sons, 2012.
- BELLI, E. Novos canais de distribuição e o futuro do corretor de seguros. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 20, n. 3, p. 421–438, 2018.
- BIENER, C.; ELING, M.; WIRFS, J. H. Insurability of Cyber Risk: An Empirical Analysis. *The Geneva Papers on Risk and Insurance - Issues and Practice*, v. 40, p. 131–158, 2015.
- CARVALHO, J. A.; FLORES, L. A.; VALDEZ, R. **Gestão de riscos e seguros: uma abordagem integrada para empresas**. São Paulo: Atlas, 2022.

- CHURCHILL, C. (Org.). *Protecting the Poor: A Microinsurance Compendium. Volume II*. Geneva: ILO; Munich Re Foundation, 2014.
- CNSEG – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS SEGURADORAS. *Anuário do Setor de Seguros 2021*. Disponível em: www.cnseg.org.br. Acesso em: 5 jun. 2025.
- COLE, S.; GHATAK, M.; TOBIAS, J. *Barriers to Household Risk Management: Evidence from India*. *American Economic Journal: Applied Economics*, v. 5, n. 1, p. 104–135, 2013.
- COLLINS, J. D. et al. Learning by doing: cross-border mergers and acquisitions. *Journal of Business Research*, v. 62, n. 12, p. 1329–1334, 2009.
- DRUCKER, Peter F. *Administração: tarefas, responsabilidades, práticas*. Tradução: Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Pioneira, 1975.
- DRUCKER, Peter F. *Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- ELABED, G.; CARTER, M. R.; GUYER, J.; LAURIE, S. *Designing index insurance to improve quality of care and health outcomes*. *Journal of Risk and Insurance*, v. 80, n. 1, p. 1–28, 2013.
- HOFFMANN, Eduardo; PÉREZ, Matheus Felde. Da responsabilidade do corretor de seguros. In: **SIMPÓSIO SUSTENTABILIDADE E CONTEMPORANEIDADE NAS CIÊNCIAS SOCIAIS**, 3., 2015. Anais [...]. Cascavel: FAG, 2015. Disponível em: <https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/55954bed69398.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2025
- KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. *Prospect theory: An analysis of decision under risk*. In: *Handbook of the fundamentals of financial decision making: Part I*, 2013. p. 99–127.
- KANTER, Rosabeth Moss. *Men and women of the corporation: New edition*. New York: Basic Books, 2008.
- MAPFRE ECONOMICS. *Índice Global de Potencial de Seguros (GIP): América Latina 2021*. Madrid: Fundación MAPFRE, 2021. Disponível em: www.mapfre.com. Acesso em: 5 jun. 2025.
- MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5547214/mod_resource/content/1/MARTINS-COSTA%2C%20Judith.%20A%20Boa-F%C3%A9%20no%20Direito%20Privado.%20S%C3%A3o%20Paulo-%20Marcial%20Pons%2C%202015%2C%20p.%20281-290.%20%20.pdf. Acesso em: 06 mar. 2025
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Introdução à administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

- MINTZBERG, Henry. *Ascensão e queda do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman Editora, 2004.
- PETTIGREW, Andrew M. *The politics of organizational decision-making*. Londres: Routledge, 2014.
- PFEFFER, Jeffrey. *Managing with power: Politics and influence in organizations*. Boston: Harvard Business Press, 1993.
- REVISTA APÓLICE. *Tendências do mercado de seguros em 2023*. São Paulo: **Revista Apólice**, 2023. Disponível em: <https://www.revistaapolice.com.br/2023/01/tendencias-do-mercado-de-seguros-em-2023/>. Acesso em: 06 mar. 2025
- ROCHA, Alex. Um modelo de qualidade gerencial para o processo de prestação de serviços entre plataformas de seguros e corretores de seguros. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91094>. Acesso em: 13 mar. 2025
- SHIMIZU, Tamio. *Decisão nas organizações: decisão com múltiplos critérios e múltiplos estágios*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- SILVA, J. A. da. *Contrato de seguro: teoria geral e contratos em espécie*. 5. ed. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2012.
- SIMON, Herbert A. *Administrative behavior*. New York: Simon and Schuster, 2013.
- SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. *Circular SUSEP nº 535, de 28 de junho de 2016*. Dispõe sobre a estrutura de ramos e grupos de seguros. Disponível em: www.gov.br/susep. Acesso em: 5 jun. 2025.
- SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS. *Relatório de Estabilidade Financeira do Setor de Seguros 2021b*. Rio de Janeiro: SUSEP, 2021.
- TEIXEIRA LEITE, Marcelo. *Manual prático das sociedades limitadas*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2016.
- VIEIRA, W. R. O corretor de seguros e o bem-estar social. *Revista Brasileira de Seguros*, v. 92, n. 177, p. 25–38, 2012.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe. São Paulo: Editora UnB, 2004.